

painel



AEAARP

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO

Ano XIV nº 195 junho/2011 Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto

PARE, OLHE E REFLITA

Mais uma faixa na Avenida Francisco Junqueira, mais fluidez no trânsito e mais projetos a serem feitos. Profissionais avaliam as decisões sobre a organização do trânsito e opinam.

■ **CÓDIGO FLORESTAL**
A nova lei tramita agora
no Senado Federal

■ **SECRETARIA**
Mônica Bergamaschi é a nova secretária
de Agricultura e Abastecimento

■ **FAEASP**
Kurimori é o
novo presidente



AEAARP

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DE RIBEIRÃO PRETO

A AEAARP está investindo em reformas e ampliação de sua estrutura para eventos. O novo espaço está mais moderno e aconchegante. Venha conhecer.

Salão Nobre - Capacidade para 160 pessoas, ar condicionado, munido de equipamentos como retroprojeter, vídeo, DVD, lousa branca e flip chart.

Salão Festas - Capacidade para 200 pessoas, munido de equipamentos como retroprojeter, vídeo, DVD, lousa branca e flip chart. Disponibilizamos 30 mesas e 123 cadeiras.

Sala Luiz Gonzaga - Capacidade para 30 pessoas, ar condicionado, munido de equipamentos como retroprojeter, vídeo, DVD, lousa branca e flip chart.

Quadra Poliesportiva

Peça na AEAARP informações sobre o aluguel dos espaços.





Eng.º Civil João Paulo
S. C. Figueiredo

Ribeirão Preto chega aos 155 anos de fundação neste mês de junho de 2011. A cidade tem um histórico de crescimento acelerado, forte vocação no setor de serviços e no agronegócio. Se na economia anda a passos largos, no que diz respeito à organização da cidade caminha lentamente, apesar **dos** grandes esforços empreendidos em diferentes períodos, para solucionar questões que são simples na teoria.

A revista Painel retoma nesta edição o debate acerca da organização do trânsito da cidade tendo como **exemplo** e inspiração a recente decisão da Prefeitura Municipal de acrescentar uma faixa na Avenida Francisco Junqueira e impedir o estacionamento naquela via. Técnicos filiados à AEAARP avaliaram a questão e chegaram a um mesmo denominador: precisamos planejar o futuro. Soluções emergenciais e necessárias **como esta** não devem ser tomadas como projeto ou plano.

Neste sentido a AEAARP também abre as portas ao debate acerca do Aeroporto Leite Lopes, cuja ampliação tramita na velocidade de um monomotor, apesar de as necessidades econômicas de Ribeirão Preto avançarem como um jato. Neste ponto **inclusive** a velocidade só não é maior justamente em razão **das divergências entre os diversos setores públicos envolvidos nas decisões**. Na Associação concordamos em abrir um debate franco, defendendo os interesses da coletividade.

E é à coletividade e pela defesa do debate que apresentamos também nesta edição a discussão acerca do Código Florestal, cujo texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal.

A responsabilidade com que **temos que** agir à frente desta entidade de classe e também o peso que tem nossas decisões e opiniões **estão nesta** edição da revista Painel, sintetizados na figura de um grande homem: o engenheiro agrônomo Antônio Junqueira Reis. Ao completar 95 anos de vida **ele recebeu** justa homenagem da AEAARP, a entidade **que ajudou a fundar** e da qual é associado e entusiasta até hoje. Nós publicamos **inclusive** um artigo inédito de Junqueira Reis com o resultado de uma importante pesquisa que ele liderou no final de sua carreira.

A ele e ao também engenheiro agrônomo **e fundador** Guilherme Mamprim dedicamos esta edição da Painel.

Eng. civil João Paulo de Souza Campos Figueiredo
Presidente





Índice

ESPECIAL Trânsito: mais uma faixa no caminho	05
PERFIL 95 anos de vida, 63 anos de AEAARP	09
MEIO AMBIENTE Código Florestal: uma batalha pelo uso dos recursos naturais	14
CREA-SP Fiscalização tem nova frota de veículos	17
ARTIGO Controle de fumaça em situação de incêndio	18
POLÍTICA Os desafios de Mônica Bergamaschi	20
PESQUISA Etanol também dá em árvore	22
RESPONSABILIDADE SOCIAL Inscrições abertas para Prêmio CBIC de responsabilidade social	23
ASSOCIATIVISMO FAEASP sob nova direção	24
INDICADOR VERDE	24
SUCROALCOOLEIRO Energia da palha de cana está livre de ICMS	25
NOTAS E CURSOS	26

Rua João Penteado, 2237 - Ribeirão Preto-SP - Tel.: (16) 2102.1700
Fax: (16) 2102.1717 - www.aeearp.org.br / aeearp@aeearp.org.br

João Paulo de Souza Campos Figueiredo
Presidente

Geraldo Geraldi Junior
1º Vice-presidente

Arlindo Antônio Sicchieri Filho
2º Vice-presidente

DIRETORIA OPERACIONAL

Diretor Administrativo: Hugo Sérgio Barros Riccioppo
Diretor Financeiro: Elpidio Faria Júnior
Diretor Financeiro Adjunto: Luis Carlos Bettoni Nogueira
Diretor de Promoção da Ética de Exercício Profissional: Tapyr Sandroni Jorge
Diretor Ouvidoria: José Anibal Laguna

DIRETORIA FUNCIONAL

Diretor de Esportes e Lazer: Edes Junqueira
Diretora de Comunicação e Cultura: Giulio Roberto Azevedo Prado
Diretor Social: Ronaldo Martins Trigo
Diretor Universitário: Hirilandes Alves

DIRETORIA TÉCNICA

Agronomia, Agrimensura, Alimentos e afins: Callil João Filho
Arquitetura, Urbanismo e afins: Marta Benedini Vecchi
Engenharia e afins: Paulo Henrique Sinelli

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Roberto Maestrello

Arlindo Clemente Filho
Carlos Eduardo Nascimento Alencastre
Dilson Rodrigues Caceres
Edgard Cury
Eduardo Eugênio Andrade Figueiredo
Fernando Ferrucio Rivaben
Gilberto Marques Soares
Hideo Kumasaka
José Mario Sarilho
José Roberto Scarpellini
Léo Gomes de Moraes Junior
Luci Aparecida Silva
Luiz Gustavo Leonel
Marco Antônio Pinheiro
Nelson Martins da Costa
Ricardo Aparecido Debiagi
Sérgio Luiz Coelho
Wilson Luiz Laguna

CONSELHEIROS TITULARES DO CREA-SP REPRESENTANTES DA AEAARP

Câmara Especializada em Engenharia Civil: Wilson Luiz Laguna
Câmara Especializada em Engenharia Mecânica: Giulio Roberto Azevedo Prado
Câmara Especializada em Engenharia Elétrica: Tapyr Sandroni Jorge

REVISTA PAINEL

Conselho Editorial: Roberto Maestrello, José Anibal Laguna, Giulio Roberto Azevedo Prado e Hugo Sérgio Barros Riccioppo - conselhoeditorial@aeearp.org.br

Coordenação Editorial: Texto & Cia Comunicação – Rua Joaquim Antonio Nascimento 39, cj. 24, Jd. Canadá, Ribeirão Preto SP, CEP 14024-180
Fones: 16 3916.2840 | 3021.0201 - contato@textocia.com

Editores: Blanche Amâncio – MTb 20907 e Daniela Antunes – MTb 25679
Colaboração: Jousy Mirelli – MTb 34718

Publicidade: Promix Representações - (16) 3931.1555 - revistapainel@globo.com
Adelino Pajolla Júnior / Joice Alves

Tiragem: 2.700 exemplares
Localização e Eventos: Solange Fecuri - (16) 2102.1718
Editoração eletrônica: Mariana Mendonça Nader - mariana.nader@terra.com.br
Impressão e Fitolito: São Francisco Gráfica e Editora Ltda.
Foto capa: Fernando Battistetti.

Painel não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados. Os mesmos também não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Horário de funcionamento

AEAARP Das 8h às 12h e das 13h às 17h
CREA Das 8h30 às 16h30
Fora deste período, o atendimento é restrito à portaria.

Trânsito:

mais uma faixa no caminho





Acrescentar uma terceira faixa em três quilômetros da Avenida Francisco Junqueira e proibir o estacionamento

dos dois lados da avenida neste mesmo percurso suscitou uma questão: “A saída encontrada para a avenida pode ser a solução para desafogar



o trânsito em Ribeirão Preto?”. Profissionais ligados à AEAARP deram sugestões, fizeram análises, e chegaram a um ponto comum: a cidade precisa se preparar para o futuro.

Carlos Alberto Gabarra, arquiteto e Profissional do Ano de 2007 da AEAARP, acredita que o sistema adotado para melhorar o trânsito na Avenida Francisco Junqueira funcionou, mas que essa não deve ser a única opção. “A solução é estudar toda aquela região. Um exemplo do que poderia ser feito é colocar as



paralelas da Francisco Junqueira, as ruas Visconde do Rio Branco e Monsenhor Siqueira, no mesmo sentido da avenida. Mas para isso é preciso ter coragem e fazer investimentos”. Ele avalia que a fluidez do trânsito melhorou na Francisco Junqueira com a solução adotada pela prefeitura, porém a avalia como “momentânea”. “Só isso não basta”, diz.

Para o engenheiro civil José Aníbal Laguna, diretor da AEAARP, ex-secretário das Secretarias de Planejamento e Gestão Pública e de Obras e Gestão Pública

e um dos responsáveis pelo Plano Diretor da cidade em 2007, o tráfego na Avenida Francisco Junqueira melhorou e defende uma ação em conjunto com todas as partes envolvidas nas alterações no trânsito. “Os comerciantes podem perder muito com tudo isso. Pra mim, que não compro nada no local e passo todos os dias por lá, ficou ótimo. Mas é preciso pensar que a economia daquela região pode perder muito”, avalia.

Aníbal Laguna defende o diálogo



entre o poder público e os comerciantes do local. “Pergunto-me porque isso não é feito em avenidas como Presidente Vargas e Nove de Julho. Será que

os comerciantes de lá têm mais força?”, alfineta. O engenheiro observa ainda que as medidas de alteração do fluxo do trânsito carecem de análises técnicas que podem estar comprometidas pelas interdições necessárias ao andamento das obras anti-tienchente na Avenida Jerônimo Gonçalves.

Vila Tibério

Laguna explica que as maiores conquistas em termos de trânsito em Ribeirão Preto aconteceram em razão dos investimentos imobiliários que impulsionaram a abertura de novas vias de trânsito. Em outras regiões da cidade o engenheiro sugere que sejam adotadas as parcerias público-privadas para reestruturar e adequar às vias de tráfego.

Ele exemplifica: “A Vila Tibério ficou

em uma passagem. Está muito próxima ao centro e poderia servir como ponto de comércio. Quando elaboramos o Plano Diretor (2006), lutamos para alargar duas vias do bairro e fazer um binário que pudesse estabelecer a possibilidade de novos comércios. Ali também teríamos um escoamento da Rotatória Amin Calil que iria para o centro da cidade. Mas os moradores não quiseram”.

Aníbal Laguna atribui os congestionamentos da cidade à concentração de atividades comerciais ou de serviços em determinadas regiões. Para ele, com a abertura de novas avenidas surgem mais estabelecimentos comerciais em outras localidades e o fluxo de veículos é distribuído. “O Boulevard é um exemplo que o comércio pode ser montado em vários locais, mas lá também já está com problemas de congestionamento e estacionamento, então precisamos pulverizar o comércio”, explica.

Castelo Branco

Outra questão levantada pelos profissionais da AEAARP com a discussão sobre o trânsito em Ribeirão Preto foi sobre a Avenida Castelo Branco. “Ao contrário da Francisco Junqueira, os comerciantes foram muito beneficiados



com aquela obra feita pelo DER. As laterais podem agora receber mais veículos e a avenida melhorou com a facilidade de entrada e saída, e ficou mais rápida. Mas, não pensaram nos balões que ficou com

o problema de congestionamento ainda mais difícil. Quando colocamos uma via rápida é preciso que haja saídas rápidas, senão os pontos de estrangulamento ficam agravados”, avalia Aníbal Laguna.

O Anel Viário Sul também gera problemas de fluxo de veículos, na avaliação de Aníbal Laguna, agravando a entrada para bairros como São Sebastião, Vila Abrahães, Jardim Interlagos, Lagoinha e outros. “Abrir uma entrada da Henry Nestlé para a Guadalajara é uma saída para melhorar o trânsito daquela região. Temos muitas promessas políticas para isso há anos, mas nada foi feito ainda”, declara.

O arquiteto e urbanista Eduardo Salata observa que na Castelo Branco acionar a Polícia Rodoviária para desafogar o trânsito todos os dias não é solução. “Observa-se na saída de Ribeirão para São Paulo, com a Rodovia Ayrton Senna, que regularmente é necessário que a Polícia Rodoviária interfira escoltando o fluxo de trânsito para que o mesmo possa fluir. Ribeirão Preto precisa se organizar”, analisa.

Futuro

Segundo dados do DETRAN-SP, Ribeirão Preto em 2009 tinha uma frota de 380.945 veículos. Esse número foi para 415.078 veículos em 2010. A previsão

dos institutos de pesquisas é a de que o Brasil tenha até 2020 pelo menos mais 100 milhões de pessoas vivendo aqui, um aumento populacional que reflete também no crescimento de frota de veículos. Hoje, Ribeirão Preto já tem índices acima da média nacional: na cidade a proporção é a de 1,85 veículos por habitante. O número cresceu 85,4% em 10 anos. Esses dados, junto com os recordes de vendas no setor automobilístico, servem para mostrar que é preciso pensar no futuro.

“Soluções paliativas e rápidas que perdurem são difíceis, desta maneira faz-se necessária a definição de uma equipe permanente para este tema estudando-o de forma técnica e contínua. Com decisões precisas, não iremos deixar a cidade inviável futuramente”, avalia o urbanista. Salata sugere como política de curto prazo a realização de um plano de ordenamento do trânsito, com ações educativas em escolas e programas que atinjam também quem está fora delas. Ele defende também a adoção de medidas que incentivem o uso de transporte público.

“Em médio prazo, melhorias no transporte público. Em longo prazo será necessário criar sistemas operacionais eletrônicos de controle de tráfego para

reorientar o trânsito evitando congestionamentos”, explica Salata, referindo-se a um modelo adotado em Londres. O sistema operacional de lá tem alta capacidade tecnológica, informa sobre congestionamentos e dá informações sobre vias alternativas, liberando ou retardando os semáforos e reorganizando o trânsito.

Segundo o urbanista, não investir em um planejamento eficaz na cidade pode comprometê-la. A adoção de soluções momentâneas, como as da Avenida Francisco Junqueira, pode fazer com que se esqueça de que aquilo era uma solução apenas paliativa, mas que acabam se tornando permanentes e se tornam um grande problema para o futuro.

“O custo benefício do investimento em planejamento e infraestrutura sempre compensa, não há outra maneira de idealizar a cidade se não tivermos um olhar mais pragmático com relação aos investimentos e mais integralista com relação ao ser humano que vive na cidade. O planejamento tem como base olhar para a qualidade de vida dos cidadãos e observar o compromisso com a segurança no trânsito, permitindo que o mesmo possa ir e vir com rapidez e eficiência. Isso é de fundamental importância”, conclui.



95 anos de vida, 63 anos de AEAARP



O engenheiro agrônomo Antônio Junqueira Reis foi chefe da Estação Experimental de Ribeirão Preto, atual Centro de Cana do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), durante 40 anos. Ao mesmo tempo, ator e testemunha de momentos históricos da pesquisa agrônoma e da vida de Ribeirão Preto, Junqueira Reis completou 95 anos de vida “rodeado de amigos”, como ele mesmo disse durante

a homenagem que recebeu na AEAARP, entidade que ajudou a fundar em 1948.

Junqueira Reis formou-se engenheiro agrônomo na cidade do Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Agronomia, em um período de efervescência política, quando o ex-presidente Getúlio Vargas ainda governava o país. Viveu alguns anos em Ilhéus, no estado da Bahia, para cuidar de assuntos familiares, até que se mudou definitivamente para Ribeirão Preto.

Em entrevista concedida em 2008, para o livro “AEAARP 60 anos: Histórias e Conquistas”, escrito pelas jornalistas Blanche Amancio e Daniela Antunes, pelo historiador Carlo Monti e a arquiteta Adriana Capretz, Junqueira Reis contou que, dentre outras coisas, trabalhou nas pesquisas que definiram novas técnicas de plantio do café, que acabou batizado como “café de cerrado”.

Assim como hoje o Centro de Cana do IAC desenvolve pesquisas que têm revolucionado o plantio da cana-de-açúcar em várias partes do país, naquela época o “café do cerrado” se espalhou, especialmente para os estados de Minas Gerais e Goiás. Antes dele, segundo Junqueira Reis, os agricultores escolhiam o local de suas lavouras seguindo o canto melancólico do Macuco, pássaro robusto que se fixava em locais onde a terra era boa.

João Paulo Figueiredo, presidente da AEAARP, observa que a história de Junqueira Reis é um exemplo de como a tecnologia é capaz de solucionar questões em diversas áreas e melhorar a

qualidade da produção e também da vida das pessoas. “Certamente o uso correto dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente devem muito ao trabalho de profissionais como ele”.

A homenagem

Do grupo de profissionais que fundaram a AEAARP, Junqueira Reis e Guilherme Mamprim, que tem 96 anos e vive em Campinas, são os remanescentes.

Junqueira Reis escreveu um discurso, lido por seu filho, Antônio Carlos Daetwyler Junqueira, engenheiro agrônomo assim como o pai. No texto, Junqueira Reis diz que chega aos 95 anos “com amigos, com muito trabalho e reconhecimento de quase todos”.

“Não sou o último dos sonhadores. Estes nunca terminarão. Todos somos sonhadores e nossa AEAARP é o resultado inequívoco dessa realidade”, disse.

Mamprim foi convidado a participar da homenagem. “Em razão da idade ele preferiu não comparecer, mas agradeceu a lembrança e enviou um forte abraço ao colega”, contou João Paulo Figueiredo, que falou com ele ao telefone.

Além de uma placa comemorativa ao seu aniversário, Junqueira Reis recebeu um exemplar do livro “AEAARP 60 anos: Histórias e Conquistas” e uma réplica da ata da primeira assembleia geral realizada pela entidade em junho de 1948, no Centro Médico de Ribeirão Preto. O documento tem sua assinatura, assim como a de Mamprim, que receberá também uma cópia em sua casa.

O texto abaixo expõe o resultado de um experimento desenvolvido por Antônio Junqueira Reis entre os anos de 1970 e 1990. Começou quando ele ainda era pesquisador do IAC e terminou quando já estava aposentado. Esta é a primeira vez que uma publicação expõe a íntegra do texto, que permaneceu inédito por todos esses anos.*

Melhoramento do cafeeiro

Metodologia, critérios e resultados da seleção de progênies S1 à S4 de café Icatu na produtividade e na ausência de plantas anormais em terras abaixo de 600m.

Antônio Junqueira Reis, engenheiro agrônomo, pesquisador científico PQC6 (aposentado) – Instituto Agronômico.

I – RESUMO

A produtividade dos cultivares de C. arábica é antieconômica na altitude abaixo de 600m.

Com a sintetização pelo cruzamento do Bourbon Vermelho com cv. Robusta nasceu uma esperança de encontrar nesse cultivar cafeeiros produtivos nessa faixa de altitude, tendo em vista a produtividade do Robusta em terras baixas de Java, Sumatra e Kênia. Nesse sentido foi instalado um campo de observação de Icatu numa fazenda em Terra Roxa-SP, com 450 m de altitude. Após cinco colheitas, foi escolhido um único cafeeiro como matriz, com características de arábica, vigoroso e produtivo. Mas, infelizmente, apresentava uma pequena porcentagem em sua descendência de plantas anormais (aneuploides e com fenótipo de Robusta). Para eliminar essas indesejáveis plantas anormais, dois métodos de seleção foram escolhidos: uma série de autofecundação (método de “pedigree”) e o Roguing. Na fecundação do cafeeiro nº 1 – 10 – 7 – 5 da progênie S4 a taxa de planta fora do tipo foi a zero. A produtividade, como acontece nas autofecundações de Bourbon Vermelho, foi mantida. Com esse experimento,

o Icatu, com a mistura de genes de Café Arábica e Robusta, apresenta mais essa qualidade possibilitando as boas terras abaixo de 600m terem cafezais econômicos e com boa bebida.

III – MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo de se encontrar um cafeeiro produtivo no Cultivar Icatu abaixo de 600m de altitude, foi instalado um Campo de Observação do referido cultivar, com conhecimento do Dr. Alcides Carvalho, na Fazenda “Santa Alice” em Terra Roxa-SP. As sementes para a preparação das mudas foram enviadas pela Seção de genética do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e semeadas em saquinhos de plástico no viveiro da propriedade. Permaneceram aí, desde a germinação até o dia da instalação do campo. Em janeiro de 1979 elas foram levadas para o local definitivo, que era um talhão de cavalos de seringueira. No meio das ruas destes “cavalos”, foram abertas covas no espaçamento de dois metros entre elas e com uma única muda. Após dois anos o talhão de cavalos de seringueiras foi cortado. As mudas, com um ano de campo, apresen-



tavam uma enorme percentagem de plantas anormais (aneuploides e com fenótipo de Robusta). Isto fez com que elevada percentagem de covas fossem descartadas. A primeira colheita só foi realizada em plantas com as características de Arábica e receberam notas de um a dez (mas uma única cova recebeu a nota dez). Na segunda colheita individual ainda foi feito um razoável descarte. Mas, em contrapartida, a cova que recebeu nota dez na primeira colheita já mostrava ser um cafeeiro vistoso, com fenótipo de arábica e com produção pendente invejável. Isso fez pensar que ali estava o cafeeiro desejado. Com o preparo de suas mudas, fez-se o plantio de um talhão com duas mudas na cova e no espaçamento de 2x3 m. Na sua segunda colheita, em 1985, foi motivo de grande admiração por parte de dezenas de agricultores, pelo vigor, uniformidade e alta produção pendente de seus cafeeiros. A imprensa e televisão não pouparam elogios.

Infelizmente essa planta apresentava, na sua descendência, plantas anormais (aneuploides e fenótipos de Robusta). Daí a razão de não ser escolhida, na ocasião, como planta desejada. Antes da 5ª colheita em 1985 ela mostrava um porte vigoroso de arábica e com tendência de uma produção fora do comum, fez-se com que ela fosse escolhida como única matriz para receber métodos de seleção para eliminar plantas anormais em sua descendência e manter a produtividade.

Dois métodos foram escolhidos, a autofecundação sucessiva (método de pedigree) e o Roguing.

V – RESULTADOS

A produção total em quilos de café cereja e a taxa de plantas anormais encontram-se no quadro 1.

Quadro nº 1 – Produção média de café cereja, por planta, nos três períodos de colheita e a taxa de plantas anormais por progênie, de um cafeeiro selecionado no

campo de observação de Icatu instalado na Fazenda de Santa Alice, Terra Roxa, em 1979.

Progênie	Geração	Produção média no período kg	Período de colheita	Taxa de plantas anormais
1	S1	15,25	1984/86	5,3
1 – 10	S2	15,10	1991/93	3,2
1 – 10 – 7	S3	14,95	1994/96	1,3
1 – 10 – 7 – 9	S4	15,05	1997/99	0,0

Nota-se pelo quadro nº 1 um decréscimo da taxa de plantas anormais entre as progênies chegando mesmo a zero na progênie S4. Mas isso não significa a impossibilidade de aparecer uma planta anormal numa população bem maior. Com relação à produtividade, nota-se que a produção média das progênies S1, S2, S3 e S4 manteve-se mais ou menos semelhante, como acontece nas sucessivas fecundações de Bourbon Vermelho.

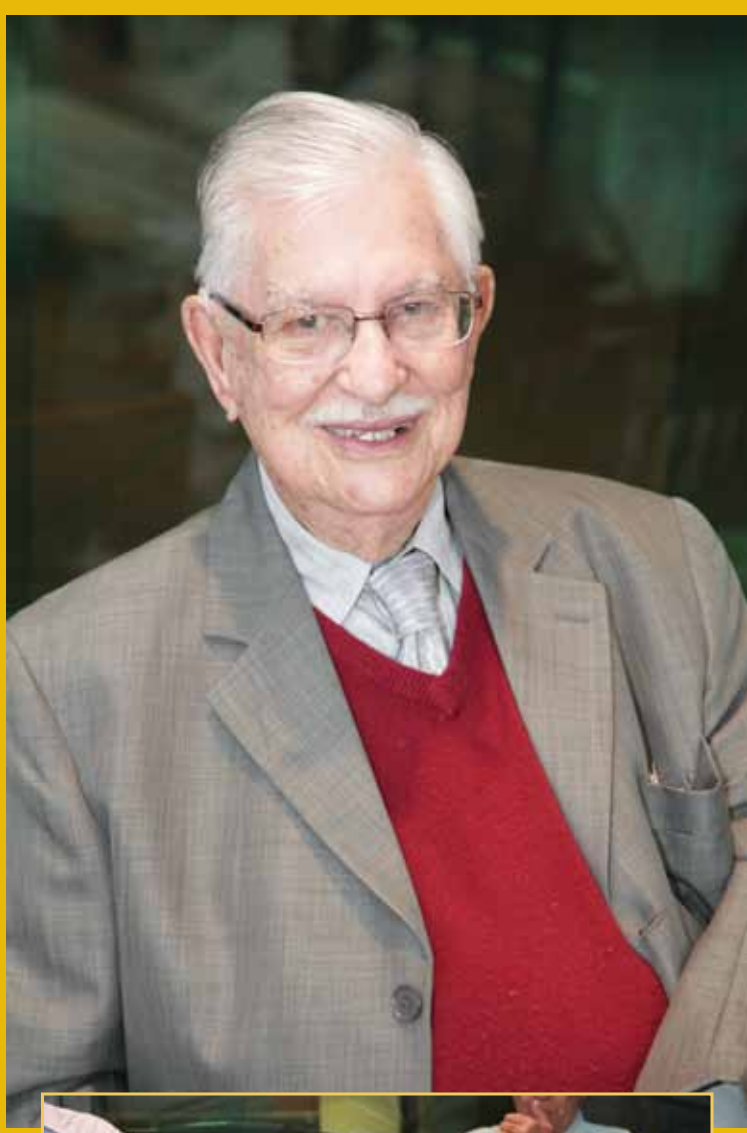
** a numeração dos capítulos segue aquela que está no documento original*

XI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

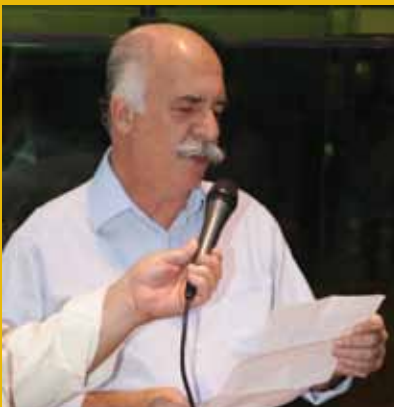
- Schroder, Rudolf. Clima das zonas cafeeiras. 1º curso pós-graduado de café 1954
- Vilares, J. D. O café (2ª parte) Pág. 57-210
- Andrade, E. N. A cultura do café nas Índias Neerlandesas 1913. Pág. 89.
- Nonino, C. A. Café Icatu vai quebrando recordes. Suplemento agrícola do Estado de São Paulo nº 1545 ano XXX Pág. 10,24-04-1985. Globo Rural, filme exibido em 21-04-1985, domingo.
- C.A. Krug H. Antunes filho III. Comparação entre progênies e híbridos da var. Bourbon, *Bragantia* 10:345-355 – 1950.
- A. Carvalho e H. Antunes Filho, Efeito da autofecundação sucessiva do café Bourbon.
- L.C. Mônaco e A. Carvalho, Produtividade de linhagem S0 à S4 Bourbon vermelho e respectivos híbridos. *Bragantia* Vol. 22 nº 10 – 1963.
- Hayes, H. K. e F. R. Ymmer em *Methods of Plaitt breedings*, Pág. 1 – 432.
- Brewbaker J. L., genética na agricultura pág. 1 – 217 Editora Universidade de São Paulo, 1969.
- Fazuoli, L. C.; Carvalho, A; Mônaco, L.C.; Teixeira. A. Qualidade da bebida do café Icatu, *Bragantia*, Campinas 36 – 165 – 172 – 1977.



A homenagem A Antônio



Junqueira Reis



PRONTO AÇO
AÇO ARMADO - TRELIÇA - TELA - PREGO - ARAME

**Solução
em aço
armado**



**Visite nosso site
e monte seu
orçamento**

Aceitamos Construcard/BNDES

Rua Rafael Andreolli, 1180
Distrito empresarial
Ribeirão Preto - SP
Fone: (16)3441-0100
prontoaco@prontoaco.com.br

Código Florestal:

uma batalha pelo uso dos recursos naturais

Uma grande batalha foi realizada desde que começaram as primeiras discussões pelo texto do novo Código Florestal. Para alguns ambientalistas a nova legislação é um retrocesso, para estudiosos é necessário detalhar a discussão e para ruralistas e outros profissionais o novo Código Florestal é uma maneira de regularizar questões que até então não tinham regras.

Enfim, chegou o dia da votação na Câmara dos Deputados. O relatório, que compreende novas normas que regulamentam a padronização do uso de terras com relação à preservação ambiental, acabou sendo aprovado por 410 votos a favor e 63 contra no dia 25 de maio de

2011. Mas, a luta não termina por aí. O relatório ainda terá que passar pela aprovação do Senado e da presidente da República e, se aprovado, substituirá a lei de número

4.771, de 15 de setembro de 1965.

De acordo com especialistas, a região de Ribeirão Preto não terá grandes mudanças quanto ao que já é praticado. “Nossa região é rica em cultivo da cana-de-açúcar. Temos poucas áreas de elevação e a topografia de nossa região é moderada. Isso faz com que não nos preocupemos tanto com essas mudanças. O que é diferente no restante do Brasil. Mas há um ponto em que devemos prestar muita atenção na região que é a preservação de nossa mata ciliar, o que compreende as bacias hidrográficas e rios, como é o caso do rio Mogi, do Rio Pardo, e alguns de seus afluentes, como o Tamanduá e o Onça”, explica Geraldo Geraldi, engenheiro agrônomo e vice-presidente da AEAARP. De acordo com o Código Florestal, aprovado pela Câmara dos Deputados, haverá uma redução nas Áreas de Preservação Permanente de 30 metros para 15 metros, no caso dos rios com menos de 10 metros de largura.

Segundo Geraldi, o principal benefício

do novo Código Florestal é a legalidade da exploração e o estabelecimento de regras para nortear quem trabalha com a terra. “Eu e meus companheiros de profissão sempre somos muito questionados sobre as áreas de APPs, sobre seus registros e outras dúvidas sobre o assunto. Agora temos orientação e regras”, diz. Para ele o que o texto traz de malefício para o futuro são as questões sobre a rigidez quanto às áreas de preservação dos mananciais e os perdões que podem ser dados aos pequenos produtores. Pela lei vigente, quem desmatou local proibido deve obrigatoriamente recompor reserva legal em propriedade de 40 a 100 hectares, de acordo com a região. “Para que tudo dê certo é preciso de normas, que conseguirmos com esse Código, mas principalmente de uma fiscalização eficaz”, conclui.

O artigo 33, que fala do Programa de Regularização Ambiental, foi aplaudido pela maioria, mas não ficou longe das críticas. Conforme o site SOS Florestas- O Código Florestal em Perigo (www.sosflorestas.org.br).



Geraldo Geraldi Junior

sosflorestas.com.br), que traz propostas e textos de ambientalistas sobre pontos positivos e negativos do Código Florestal, o parágrafo 2 e o parágrafo 4 do artigo seriam “um incentivo para que os proprietários buscassem a regularização, como já acontece no Mato Grosso. No entanto, esse prazo pode ser prorrogável por decreto, inclusive dos estados, o que significa que governadores poderão ir permanentemente prorrogando a anistia e todos poderão continuar ocupando irregularmente áreas protegidas sem poder ser multados ou embargados”, diz o texto.

Aldo Rebelo, deputado federal e relator do Código Florestal, divulgou, que “a redação do texto aprovado expressamente indica que ‘a União, os estados e o Distrito Federal deverão implantar’ (art. 33, caput) os Programas Regularização Ambiental, não estando o Governo Federal excluído de tal incumbência,

porque as condições dos programas serão definidas em regulamento (art. 33, § 1º) que, no âmbito federal, se materializa por decreto editado pela presidente da República. Cabe lembrar que a própria Constituição Federal de 1988 determina que a legislação ambiental concorrente deva ser elaborada por todos os entes federativos, atribuindo à União a competência para editar normas de caráter geral, conforme se depreende do artigo. 24 do texto constitucional”, diz em nota.

Há quem acredite ser uma boa saída que o estado e os municípios apontem suas exceções. “De acordo com o texto aprovado pelo Congresso há um fator muito questionado pelos ambientalistas,



Aldo Rebelo, relator do novo Código Florestal-Foto ABR

mas que não vejo como prejuízo para a natureza, caso haja o cumprimento da lei. No texto eles colocam a metragem mínima, mas é preciso salientar que tanto os estados quanto os municípios poderão atuar como gerentes de situações que requeiram atenção especial. Uma lei federal não pode ser descaracterizada com concessões. A metragem já é mínima. Os ambientalistas dizem que se os municípios e o estado tomarem para si tal controle podem autorizar desmatamentos e até diminuir penalizações. Mas não é possível contrariar uma lei federal”, declara.

O agrônomo ainda explica sobre as exceções. “O que é possível é que em determinado estado ou município tenham casos em que essa metragem possa ser mudada, conforme as determinações ripárias do Connecticut River Joint Commissions (CRJC), comissão internacional que estuda soluções para proteger vales

MasterPlot

COPIADORA

www.masterplot.com.br

Serviço de retirada e entrega grátis!

(16) 3914-3557 - 3236-2947



Impressões CAD e GIS
com sistema de Tintas HP
resistentes a respingos de água



A sua copiadora completa!

**Impressão a Laser - Colorida e P/B - A4 - A3
Plotagem P/B e Colorida - Todos os tamanhos
Fotocópias Gigantes ampliadas ou reduzidas
Scanner colorido até tamanho A0
Plastificação e laminação em gdes formatos
Xerox comum e encardenações**

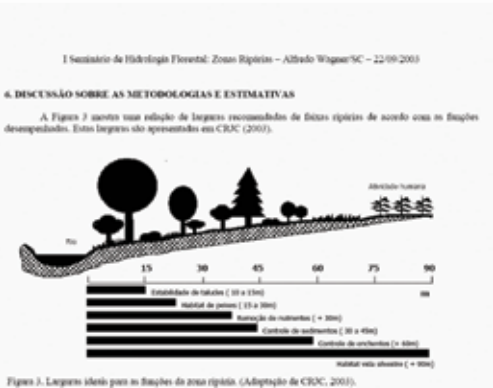
plotagem@masterplot.com.br



Sérgio Veraguas Sanchez

e rios, tendo estes entes da federação um programa sistemático na área conservacionista, como programas e projetos que contemplem as funções da mata ripária”, enfatiza Sanchez,

como pode ser verificada na figura abaixo, enfatiza Sérgio Veraguas Sanchez, profissional do Ano de 2010 da AEARRP e engenheiro agrônomo do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ribeirão Preto (EDR-RP).



Para Sanchez, o decreto nº 53.939, de 2009, que dispõe da manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da Área de Reserva Legal de Imóveis Rurais do Estado de São Paulo e dá providências complementares para o Código Florestal, exige como regra e protege principalmente o pequeno agricultor. “São beneficiários deste decreto todos os produtores paulistas e, principalmente, aquele que tem um pequeno sítio, onde herdou parte de uma fazenda e/ou sítio, e que não tenha após a partilha sucessória a reserva legal, ou que cultive em áreas destinadas às mesmas”. Ele acredita que as normas complementares da legislação estadual via decreto vieram proteger o pequeno agricultor, havendo a possibilidade de permuta ou compra de uma área na mesma bacia hidrográfica para

atender à legislação ambiental vigente.

Mas o profissional diz que não basta criar regras, que é preciso ter bom senso para colocá-las em prática. “Não basta punir quem comete as infrações e sim educar; este é um princípio e uma prática que deve vir junto com a lei e sua regulamentação. É preciso que a sociedade e o governo vejam esse produtor como um parceiro que cuidará dos solos, dos rios, da fauna e da flora. É possível e devemos subsidiá-lo para que tenha e até aumente a sua área de preservação permanente. Esse cidadão luta muito para sobreviver. “Se ele tiver incentivos, com certeza vão ajudá-lo no cumprimento da lei”, emenda Sanchez.

Assunto em pauta na AEAARP

O novo Código Florestal foi tema de uma palestra durante a 5ª Semana do Meio Ambiente, realizada pela AEAARP, de 6 a 10 de junho. O palestrante foi o deputado federal Antônio Duarte Nogueira que discorreu sobre toda tramitação política do texto e sustentou que o Código é um avanço para o povo brasileiro. “Creio que a insegurança jurídica é uma das principais preocupações do setor produtivo, especialmente em regiões como a de Ribeirão Preto, com intensa produção agropecuária. O texto aprovado é um avanço, trouxe estabilidade e equilíbrio entre a responsabilidade



Duarte Nogueira - Agência Câmara-Beto Oliveira

de preservar e a garantia de desenvolvimento econômico e social. Esperamos que o Senado mantenha o projeto aprovado pela Câmara e que também assegure o direito adquirido na linha do tempo e possibilidade de cômputo das APPs na área de reserva legal. Dessa forma, o Brasil terá finalmente uma legislação moderna, voltada ao desenvolvimento sustentável”, conclui.



Fabio Rodrigues Pozzebom-ABR

Principais destaques da divergência

Anistia para quem desmatou

O texto do Código Florestal tem um artigo que perdoa quem praticou desmatamento até julho de 2008. Mas para que isso ocorra o produtor deverá fazer uma adesão ao Programa de Regularização Ambiental, proposto no Código. Caso essa adesão não ocorra, a anistia também não acontece e o produtor deverá pagar multa.

Isenção ao pequeno produtor

Os pequenos produtores ficam desobrigados a recompor reserva legal em propriedades de até quatro módulos fiscais. Dependendo da região esse módulo pode variar de 40 a 100 hectares.

Margens de rios

O pequeno produtor poderá recompor a mata em até 15 m de distância das margens de um rio de até 10 metros de largura.

Reserva legal

Com o novo texto será possível somar área de APP com Reserva Legal. Na Amazônia Legal as áreas somadas devem totalizar 80% da propriedade em área de floresta. Em cerrado esse percentual será de 35% e, nos demais locais, 20% da propriedade.

Morros e encostas

O novo Código Florestal prevê a regulamentação de uma nova lei que liste alguns cultivos autorizados em topos de morros, montanhas e encostas acima de 1.800 metros de altura.



Fiscalização

tem nova frota de veículos

O engenheiro civil José Tadeu da Silva, presidente do CREA-SP, fez, na sede do conselho na capital paulista, a entrega simbólica dos 150 novos carros para os agentes de fiscalização. Os novos automóveis Ford K são equipados com monitoramento via satélite por Sistema GPS, rádio, direção hidráulica e ar condicionado.

Somando à frota já existente, o CREA-SP conta agora com 226 veículos. O conselho faz nos últimos anos uma fiscalização orientativa, que coíbe a atuação

de profissionais não habilitados para os serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, o que significa investimento na valorização profissional e também defesa da sociedade.

“Ao fornecermos ferramentas modernas, equipamentos e condições de trabalho para os nossos funcionários e colaboradores, estamos garantindo que o CREA-SP produza bons frutos principalmente no seu trabalho de fiscalização”, avalia o presidente do conselho.

Os novos veículos fazem parte das

medidas adotadas pelo CREA-SP para modernizar o setor de fiscalização. Os agentes já possuem equipamento móvel do tipo PDA (Personal Digital Assistants), com acesso on-line à base de dados do CREA-SP e recursos de GPS, câmera digital e telefonia celular além de impressoras térmicas portáteis.

CREA-SP – UGI Ribeirão Preto
Rua João Penteado 2237 Jd São Luis
Telefone 16 | 36237627
E-mail: jose.galdino4021@creasp.org.br

Atendimento, qualidade e tecnologia: diferenciais que a Leão Engenharia oferece em materiais, obras e serviços.

Sanen. Solidez e tradição em artefatos de concreto e serviços na área de saneamento básico.



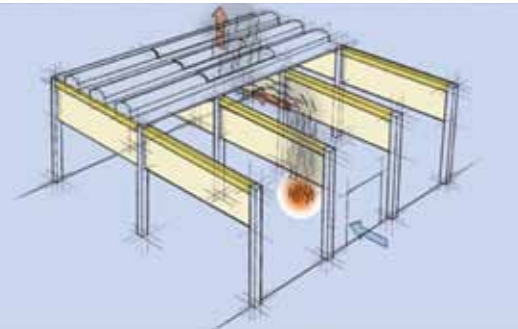

LeãoEngenharia
0800 703 3013
www.leaoengenharia.com



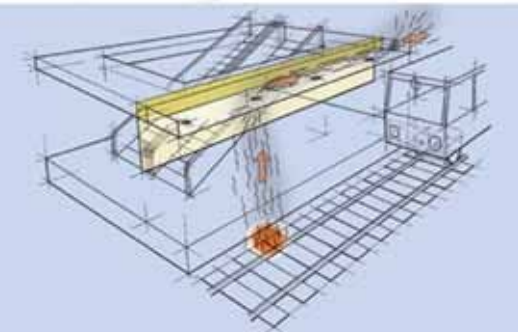

Data Sanen
Saneamento e Engenharia
0800 703 3013
www.leaoengenharia.com

Controle de fumaça em situação de incêndio

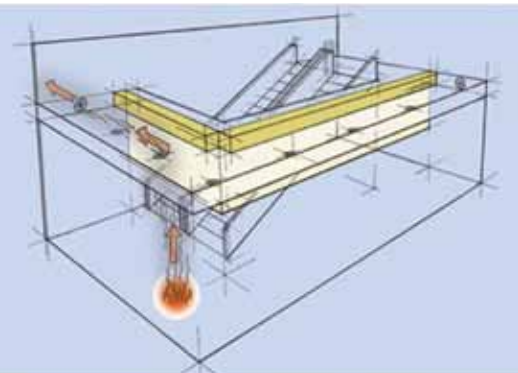
ÁREA INDUSTRIAL



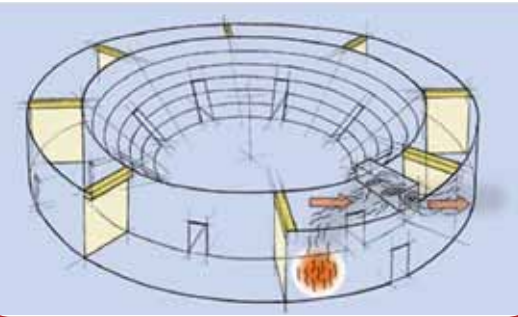
ESTAÇÃO DE METRO



SHOPPING CENTER



ESTÁDIO



Fumaça mata. Não há quem possa questionar este fato e saber que a fumaça gerada em um incêndio é mais um problema de segurança à vida do que as próprias chamas. Fumaça causa 90% das mortes ocorridas em incêndios. Exemplificando: 1 m³ de madeira gera 10m³ de fumaça e gases, 1 m³ de materiais sintéticos geram 20m³ de fumaça e gases.

O novo Regulamento de Segurança Contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco, Dec.Est. 56.819 publicado no último dia 10 de março e suas Instruções Técnicas já trazem parâmetros para garantir a manutenção de um ambiente seguro nas edificações durante o tempo necessário para abandono do local sinistrado, evitando o perigo das intoxicações e a falta de visibilidade pela fumaça.

O Corpo de Bombeiros tem adotado em seus regulamentos as compartimentações de áreas tanto no plano horizontal quanto no vertical (isolamento de áreas por meio de paredes e pisos corta fogo, e portas corta-fogo) buscando controlar e até mesmo evitar que o fogo se propague.

Um edifício deve ser protegido contra a propagação do fogo e da fumaça, de forma a permitir tempo suficiente para que sua população possa fazer o abandono pelas saídas e rotas de fuga de maneira ordenada durante uma emergência.

Os materiais e todo o conjunto que compõem o edifício devem, com o grau necessário, resistir à disseminação de incêndios, limitar a geração de fumaça e de calor e dos gases tóxicos suscetíveis de serem produzidos, sendo apropriados ao: tempo de abandono; ao número, à

mobilidade e outras características de seus ocupantes; à ocupação ou uso da edificação e aos sistemas de proteção contra incêndios ativos instalados no edifício.

O controle de fumaça deve então incluir medidas e meios para controlar a propagação e o movimento da fumaça e gases da combustão, durante um incêndio em uma edificação. Cortinas contra fumaça são um importante componente de um sistema de controle de fumaça e gases tóxicos no interior de uma edificação.

Cortinas automáticas contra fumaça conseguem delimitar a área atingida pela fumaça, canalizá-las em uma direção pré-definida, além de promover rotas de fuga mais seguras, possibilitando um melhor combate a incêndio, uma vez que a dispersão da fumaça em todo o ambiente é evitada. Estas cortinas otimizam a eficácia do sistema de exaustão da fumaça e compartimentam o espaço na exaustão mecânica. Possuem baixo peso, podem ser embutidas e o aspecto arquitetônico não é prejudicado.

Em alguns casos são recomendadas barreiras contra fumaça que sob pressão de até 50 Pa fechem e isolem vãos de grandes dimensões. Com isso se obtém rotas de fuga segura e livre acesso às equipes de bombeiros em caso de incêndio e limitação dos danos por gases tóxicos aos habitantes da edificação.

Barreiras de fumaça podem ser entendidas como uma membrana, tanto vertical quanto horizontal, tal como uma parede, andar ou teto, que é projetada e construída para restringir o movimento

da fumaça. As barreiras de fumaça podem ter aberturas que são protegidas por dispositivos de fechamento automático ou por dutos de ar, adequados para controlar o movimento da fumaça.

Barreiras corta-fogo flexíveis, de tecido oferecem grande versatilidade nas diferentes aplicações por meio dos mais variados padrões e classificações técnicas disponíveis. A grande variedade se deve aos diferentes tipos de revestimento e tramas, assim como os tecidos multicamadas que garantem diversas classes de resistência ao fogo na consecução do projeto de proteção contra incêndio. As barreiras corta-fogo podem ser compartimentadoras, alcançando os mesmos níveis de resistência ao fogo solicitadas para as paredes nas quais estão instaladas.

As cortinas contra fumaça, barreiras

corta fumaça ou barreiras corta-fogo podem ser acionadas termomecânica-mente ou por detectores de incêndio. (www.stoebich.com.br)

O controle de fumaça é complementado pela introdução de ar limpo e pela extração de fumaça com sistemas que podem agir de forma natural ou mecânica.

As novas Instruções Técnicas publicadas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo admitem como elemento de vedação para áreas máximas de compartimentação os elementos vedadores corta-fogo e cortinas corta fogo (Instrução Técnica nº09/2011).

ADEMIR GONÇALVES ALBUQUERQUE
Mestre em Engenharia pela EESC-USP
Engenheiro civil e de segurança do trabalho
adega001@yahoo.com.br



CÁLCULO ESTRUTURAL

- OBRAS INDUSTRIAIS
- OBRAS COMERCIAIS
- OBRAS RESIDENCIAIS

CHAPINI ENGENHARIA CIVIL LTDA.
R. Joaquim A. Nascimento, 59
14.024-180 Ribeirão Preto-SP
Fone: 55 (016) 3623.7663
Fax: 55 (016) 3623.7431
E-mail: chapini@convex.com.br

Terra & água

A grife da irrigação paisagística e agrícola

O uso inteligente da água

Orcamento e projeto
sem compromisso

Visite nosso site:

www.terragua.com.br

RAIN BIRD

R. Lions Clube 657 - (16)3967-7309 - Ribeirão Preto - SP

Distribuidor autorizado



Os desafios de Mônica Bergamaschi

Em 2001 o ex-ministro Roberto Rodrigues fez um convite que mudou a vida da engenheira agrônoma Mônica Bergamaschi, que acaba de deixar a direção executiva da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAGRP) para assumir a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por indicação do governador Geraldo Alckmin. Em 2007, Mônica representou os agrônomos de Ribeirão Preto ao ser escolhida como Profissional do Ano da AEAARP.

Gestão e tecnologia são os pilares sobre os quais a agricultura do estado tem de se apoiar para alcançar o crescimento sustentável. Esta foi a avaliação da nova secretária em seu discurso de posse. Durante o evento o governador Geraldo Alckmin lançou o desafio à engenheira: “Nós temos um objetivo, do qual dele tudo se deriva, que é melhorar a renda do setor”.

Quando em 2001 Roberto Rodrigues deu à Mônica a missão de gerir a ABAG na cidade de São Paulo e, alguns anos depois, implantar em Ribeirão Preto

um núcleo dessa entidade, o objetivo era o de mudar a imagem do agronegócio, chamuscada principalmente pelas questões econômicas, trabalhistas e ambientais que envolveram o setor há algumas décadas.

Para assumir esse desafio, Mônica deixou a família em São Carlos, sua terra natal. Em Ribeirão Preto ela encabeçou campanhas e projetos educativos em escolas da região para mudar esse cenário. Em 2007, na entrevista que concedeu à revista Painei, defendeu o desenvolvimento tecnológico para solucionar as equações impostas na roça ou no abastecimento das cidades. “Bote ciência nas coisas!”, exclamou.

A Profissional do Ano de 2007 da AEAARP defendeu, à época, a criação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), mas criticou o uso político e ideológico de suas ações. Tinha “certeza” de que era possível melhorar a atuação do setor na área ambiental e defendeu as pesquisas sobre os transgênicos. “O Brasil está perdendo oportunidades”, declarou. Em 2007 ela já era uma das

mulheres mais influentes do agronegócio brasileiro.

O engenheiro agrônomo José Roberto Scarpellini, conselheiro da AEAARP, observa que outros quadros técnicos da cidade, muitos deles filiados à AEAARP, têm posição de destaque em setores decisórios da agricultura paulista.

Scarpellini observa que a responsabilidade e o desafio do setor são gigantescos. “É um importante gerador de empregos, auxiliando no controle da inflação, na arrecadação de impostos, no equilíbrio na balança comercial pelas exportações, fazer-se ainda mais respeitada no exterior e principalmente pela

sociedade brasileira”, enumera.

Com informações da assessoria de imprensa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da ABAGRP

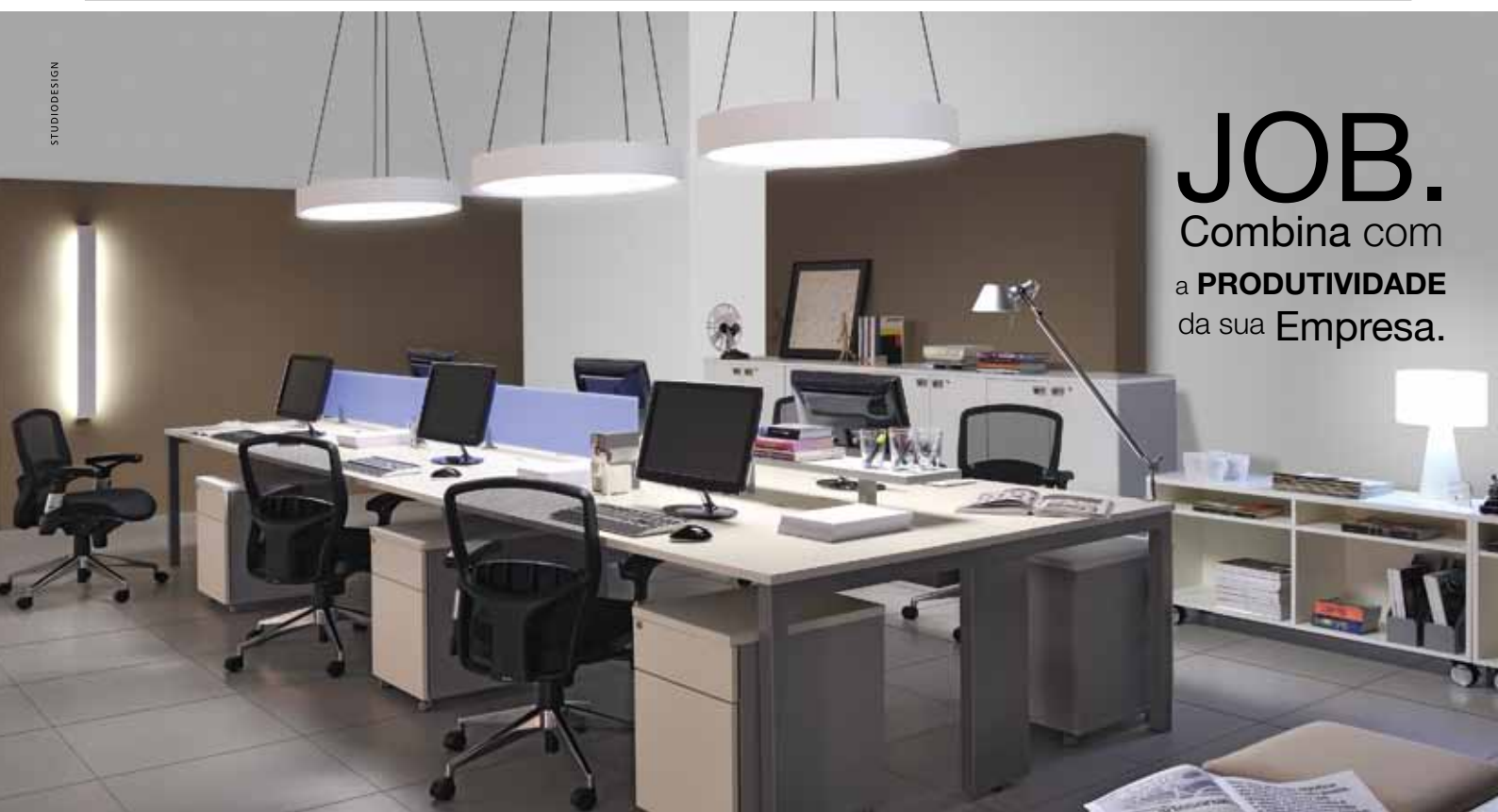
O deputado federal Antônio Duarte Nogueira, que é engenheiro agrônomo e filiado à AEAARP, representou a entidade na posse de Mônica.



Mônica na posse



Mônica faz discurso durante sua posse



STUDIODESIGN

JOB.
Combina com
a **PRODUTIVIDADE**
da sua **Empresa.**

Marelli Ribeirão Preto
Rua João Godoy, 215 - Jardim Americana
Fone (16) 3234.3292

Gestão Integrada  ISO9001
ISO14001
OHSAS18001
SA8000
ABNT


Marelli
ambientes racionais

Etanol também dá em árvore

É possível gerar etanol a partir da casca do eucalipto. Este é o resultado de uma pesquisa inédita no mundo, realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). A ideia é utilizar mais de sete milhões do resíduo que sobra da madeira utilizada na indústria de papel e celulose. Se tudo der certo, a previsão é que o novo etanol chegue ao mercado em no máximo em 10 anos.

No Brasil, existem mais de 4,5 milhões de hectares de eucalipto. Cada 30 milhões de toneladas de madeira geram sete milhões de toneladas de casca de eucaliptos. De acordo com pesquisadores, uma tonelada pode produzir 200 mil litros de etanol. A quantidade é muito parecida com a cana, até mesmo o de segunda geração, e isso pode dar um incremento no biocombustível.

Cada hectare de eucalipto produz 2,6 mil litros de etanol. Um hectare de cana produz seis mil litros de etanol. O etanol de casca de eucalipto é mais uma fonte de energia alternativa, mas não concorre com o etanol da cana, já consolidado no mercado.

Este é um dos temas que serão debatidos na sexta edição do Congresso Internacional de Bioenergia, evento que acontece de 16 a 19 de agosto de 2011, no Centro de Eventos da FIEP, em Curitiba.

O eventos, promoção da Federação das

Indústrias do Estado do Paraná, SENAI e Remade, contará com importantes palestrantes do Brasil e do exterior que darão uma visão real do estágio atual e perspectivas das energias renováveis em nosso País, bem como a introdução de novas tecnologias.

Paralelamente ao Congresso acontecem quatro eventos: Seminário de Atualização no Uso de Biomassa para Energia; Workshop Cadeia Produtiva do Biodiesel; Workshop Biocombustíveis e a Agricultura e a quarta edição da BioTech Fair, feira que reúne serviços e tecnologia voltada a produção e controle de energias renováveis.

AGENDA

VI Congresso Internacional de Bioenergia e IV BioTech Fair 2011 – Feira Internacional de Tecnologia em Bioenergia e Biocombustível

Local:

Centro de Eventos FIEP – Curitiba – PR

Data: 16, 17, 18 e 19 de agosto de 2011

Informações:

www.bioenergia.net.br ou
contato@bioenergia.net.br

Fone: (41) 3363-4485

Inscrições abertas para Prêmio CBIC de responsabilidade social



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio do seu Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), abriu as inscrições para a edição 2011 do Prêmio CBIC de Responsabilidade Social.

O prêmio atrai participantes de todo o país que podem concorrer nas categorias: Empresa, Entidade e Destaque Social, este último destinado aos Seconcis (Serviço Social da Indústria), que atenderam mais de 2,5 milhões de trabalhadores/familiares do setor em todo o Brasil em 2010.

Podem concorrer ao prêmio, criado em 2005, projetos sociais desenvolvidos

por entidades e empresas do setor da Indústria da Construção, ao longo de 2010 e anos anteriores.

O objetivo da premiação é fortalecer e estimular o desenvolvimento de ações sociais no setor da Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário, criando um mecanismo de reconhecimento dos esforços conjuntos do setor na busca por uma sociedade com melhor qualidade de vida. As inscrições vão até o dia 15 de julho de 2011 e podem ser feitas pelo site www.cbic.org.br/responsabilidadesocial.

Fonte: www.cbic.org.br

A segurança de sua obra começa pela **BASE**



**MAIS DE 6.000 OBRAS
DE FUNDAÇÕES
JÁ EXECUTADAS.**

- Estacas moldadas "in loco":
 - tipo raiz em solo e rocha.
 - tipo Strauss.
 - escavadas com perfuratriz hidráulica.
 - escavadas de grande diâmetro (estacões).
 - hélice contínua monitoradas.
- Estacas pré-moldadas de concreto.
- Estacas metálicas (perfis e trilhos).
- Tubulões escavados à céu aberto.
- Sondagens à percussão SPT-T.
- Poços de monitoramento ambiental.
- Ensaios geotécnicos.



16 3911.1649

Base

basefund@convex.com.br

Fundação e Torre Estruturas Ltda.

EN **ELETRO
NAHAS**
COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ligada em você

**Tudo em
material elétrico**

Tels: (16) **3630.1818**

Fax: (16) 3630.1633

R. Roque Nacarato, 81
Ribeirão Preto-SP

eletronahas@netsite.com.br

FAEASP

sob nova direção



Francisco Yutaka Kurimori é o novo presidente da FAEASP. O histórico profissional de Kurimori tem importantes órgãos e empresas, como o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (CODASP), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Ligth. Nos últimos anos foi um dos homens fortes do CREA-SP, onde esteve ao lado do presidente José Tadeu da Silva como seu chefe de gabinete.

Kurimori avalia que o terceiro setor tem avançado no estado de São Paulo em todos os sentidos, tanto em quantidade quanto em qualidade. A FAEASP, fundada em 1979 por iniciativa da AEAARP, agregou mais de 200 entidades, cresceu e é exemplo desse fortalecimento e da influência político-institucional que exerce em diversos setores.

Para além dos objetivos clássicos das entidades de classe – de valorização e apoio aos profissionais que representa – Kurimori defende que as associações tenham ações de inserção na sociedade. E cita como exemplo a associação ribeirã-pretana. “As ações de integração dos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia com a socieda-



de desenvolvida pela AEAARP, ao longo dos anos, resultou na credibilidade para influir nas políticas públicas”, observa.

“É salutar e extremamente importante a participação dos profissionais através da associação na condução dos destinos da comunidade. A classe tecnológica dispõe de conhecimentos privilegiados que devem ser colocados a serviço do bem estar de todos. As associações sempre buscam colaborar com o poder público em todo estado. O nível de participação depende do estágio de desenvolvimento da entidade e do interesse da comunidade”, diz o presidente da FAEASP.

Kurimori também defende a parceria entre as entidades de classe e o conselho. Atuando juntas, as duas instâncias de defesa profissional rumam para o mesmo destino: a valorização das profissões. O volume de ARTs emitidas pelo CREA-SP nos últimos anos triplicou. Kurimori atribui este resultado à ação de fiscalização e orientação que foi adotada pelo conselho. “Significa que há o triplo de profissionais prestando serviços à sociedade minimizando-se assim os riscos. A fiscalização profissional é um dos pilares fundamentais da valorização profissional, pois impede a atuação de leigos e o mau exercício que são preju-

Indicador verde

Caminhão de plástico

A maior empresa de logística do mundo, a empresa americana UPS, está investindo em veículos de transporte que reduzem o impacto sobre o meio ambiente. Segundo informa o Instituto de Engenharia, a empresa está usando caminhões feitos de plástico ABS e estima que poderá aumentar em até 40% a eficiência em combustível e economizar mais de 300 milhões de litros de diesel por ano. Além dessa eficiência no consumo, o veículo é reciclável. Isto é: o plástico com o qual o caminhão é feito pode ser obtido de veículos inoperantes. A UPS já usa veículos elétricos híbridos, além de caminhões a gás natural. (www.institutodeengenharia.org.br)

Energia solar

Um conjunto de 16 mil painéis de energia solar instalados em um túnel de 3,2km pode fornecer até 50% da energia usada no transporte entre Paris e Amsterdã, onde funciona este sistema. O túnel foi construído na área pelo fato de o trem passar por uma floresta antiga, onde árvores poderiam cair em cima das composições. Ao invés de derrubar árvores, foi construído o túnel: assim se elas caírem, será em cima do túnel, longe dos trens que passam dentro dele. Os técnicos aproveitaram a estrutura do túnel para instalar os painéis solares. (www.institutodeengenharia.org.br)

Copa sustentável

O diretor de Responsabilidade Social da Fifa, Federico Addiechi defende a parceria entre o governo brasileiro e as cidades-sede da Copa do Mundo na implantação de ações sustentáveis na preparação e na realização do torneio em 2014. Addiechi afirma que a experiência brasileira pode servir de exemplo para os próximos Mundiais da Fifa, na Rússia, em 2018, e no Catar, em 2022. “Temos uma grande responsabilidade por causa da popularidade do futebol e da visibilidade da Copa do Mundo, o maior evento esportivo do planeta. E o exemplo brasileiro pode ser imitado no futuro”, disse Addiechi.

(www.engenhariaarquitectura.com.br)



O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou o decreto que isenta a aquisição de bens de capital destinados à produção de energia elétrica a partir de biomassa resultante da industrialização e de resíduos de cana-de-açúcar.

A assinatura ocorreu durante a abertura do Ethanol Summit 2011, congresso realizado na capital paulista. "O Estado de São Paulo produz 660 megawatts de energia exportada para o sistema elétrico e a nossa meta, até 2015, são 5.500 megawatts exportados. Ou seja, uma usina de Belo Monte através do bagaço da cana, através da bioeletri-

cidade: uma energia limpa, uma energia verde, renovável", disse.

O conjunto de medidas representa um estímulo a investimentos do setor sucroalcooleiro para a geração de energia limpa por meio do aproveitamento de palha, bagaço e outros subprodutos do processamento de cana-de-açúcar. O decreto prevê a suspensão do lançamento do imposto nas operações de importação de bens de capital, sem similar nacional, destinados ao ativo imobilizado.

Os produtores terão direito ao crédito integral do imposto decorrente das compras internas de máquinas e equipamentos para unidades de geração. Essa alteração elimina o fracionamen-

to do crédito do imposto em parcelas mensais e concentra sua apropriação em uma única etapa.

Os projetos em fase pré-operacional poderão contar com adiamento do ICMS que incide na saída do bem do fabricante. O incentivo valerá também para os produtores nos casos em que o volume de débitos do imposto não for suficiente para a absorção integral dos créditos. Segundo o governo estadual, as novas medidas têm efeito positivo sobre o capital de giro dos empreendimentos e contribuirão para o desenvolvimento de projetos ambientalmente sustentáveis no setor sucroalcooleiro.

Fonte: Agência Fapesp



Tudo o que a sua obra precisa, tem aqui!



CONCRENASA
TUDO PARA SUA CONSTRUÇÃO.

Rua Antônio Fernandes Figueiroa, 1166
Lagoinha - Tel: 4009 3440
www.concrenasa.com.br

Fundações Especiais
Estacas Escavadas - Strauss
Pré-Moldada - Sondagem e
Tubulões Mecanizados e Manual



SUPORTE
FUNDAÇÕES

Tel/Fax: (16) 3916-5705
Celular: (16) 9152-6999
e-mail: sizuki@ig.com.br
Ribeirão Preto - SP

Convênio

O CREA-SP acaba de firmar convênio com o Ministério Público Federal com o objetivo de estabelecer mútua colaboração em assuntos técnico, científico e operacional. No acordo, as duas instituições declaram que devem estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente de fiscalização nos serviços, obras, atividades e empreendimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, para assegurar o cumprimento das decisões legais sobre acessibilidade, proteção ambiental, código de defesa do consumidor, responsabilidade técnica e demais preceitos legais correlatos, administrados por entidades da administração pública federal, direta ou indireta, ou entidades privadas, inclusive as agências dos correios e casas lotéricas. (www.creasp.org.br)

V Workshop de Agroenergia – Matérias Primas



AGENDA

V Workshop de Agroenergia – Matérias Primas

Local: Centro de Convenções de Cana e Açúcar (IAC)

End.: Anel Viário km 321 - Ribeirão Preto - SP

Informações: 16 3637.1091 | 3637.1849 |

3919.5959 | 3621.2717 ou

jrscarpellini@gmail.com

www.infobibos.com/agroenergia

A AEAARP apoia o V Workshop de Agroenergia – Matérias Primas. O evento acontecerá no Centro de Convenções de Cana e Açúcar (IAC), em Ribeirão Preto, nos dias 29 e 30 de abril.

NOVOS ASSOCIADOS

Engenharia Agrônoma

Amanda Caroline Rodrigues Dias

Engenharia Civil

Guiomar Rocha Giaretta

Engenharia Civil

Helio Ignacio Cherubini dos Santos

Jeferson Valeije de Almeida

Estudante – Agronomia e afins

Charles Hamilton Bombonatti Junior

Estudante - Engenharia civil e afins

Gabriel Borges Oliveira

Pedro Bruno Papa

Técnico em Eletrotécnica

Elenir Grespan

- Plotagem de desenhos, imagens e fotografias digitais com até 1,5m de largura e resolução de 1.200 dpi, real.
- Todos os tipos de mídias: sulfite, fotográfico, vinil, lona, adesivo, transparente, etc.
- Plotagem 24 h, agendada. Serviços exclusivos para clientes exclusivos.
- Comunicação Banda Larga. E-mail de alta velocidade.
- Serviço rápido de coleta e entrega.

CADservice
Plotagem Just in Time
cadservice@cadplan.com.br

Onde tem Engenharia e Arquitetura,
também tem CAD

SL Computação Gráfica
Santa Lidia Computação Gráfica Ltda.

CADplan
ENGENHARIA E INFORMÁTICA
cadplan@cadplan.com.br

- projetos e desenhos de engenharia e de arquitetura
- digitalização e vetorização
- modelagem 3D e maquete eletrônica
- topografia de precisão e geo-referenciamento
- mapas, aerofotos e imagens de satélite
- treinamento e suporte em CAD

Rua Marechal Deodoro, 414 - tel: 16 3635 9090 - fax: 16 3636 2981
Ribeirão Preto - SP.

Atendimento Emergencial Ilguz: 16 9128 5555

ART 046

ESTE É O NOSSO CÓDIGO

Ao preparar sua ART, não se esqueça de preencher o campo 31 com o código 046. Assim, você destina 10% do valor recolhido para a AEAARP. Com mais recursos poderemos fortalecer, ainda mais, as categorias representadas por nossa Associação.

Contamos com sua
colaboração!

anúncio Gráfica São Francisco

Impressões de grande porte

Impermeáveis para ambiente inn door e out door.

em Lona, Adesivo, tecido e papel

Serviço de entrega e coleta
de produtos e serviços.

www.linostrambi.com.br

Rua São Sebastião, 820

Fone: 16-3877-2055

Rua Marechal Deodoro, 1976 cj03

Fone: 16- 3913-4345

Ribeirão Preto - SP

Lino 
Strambi

EVOLUINDO COM VOCÊ